

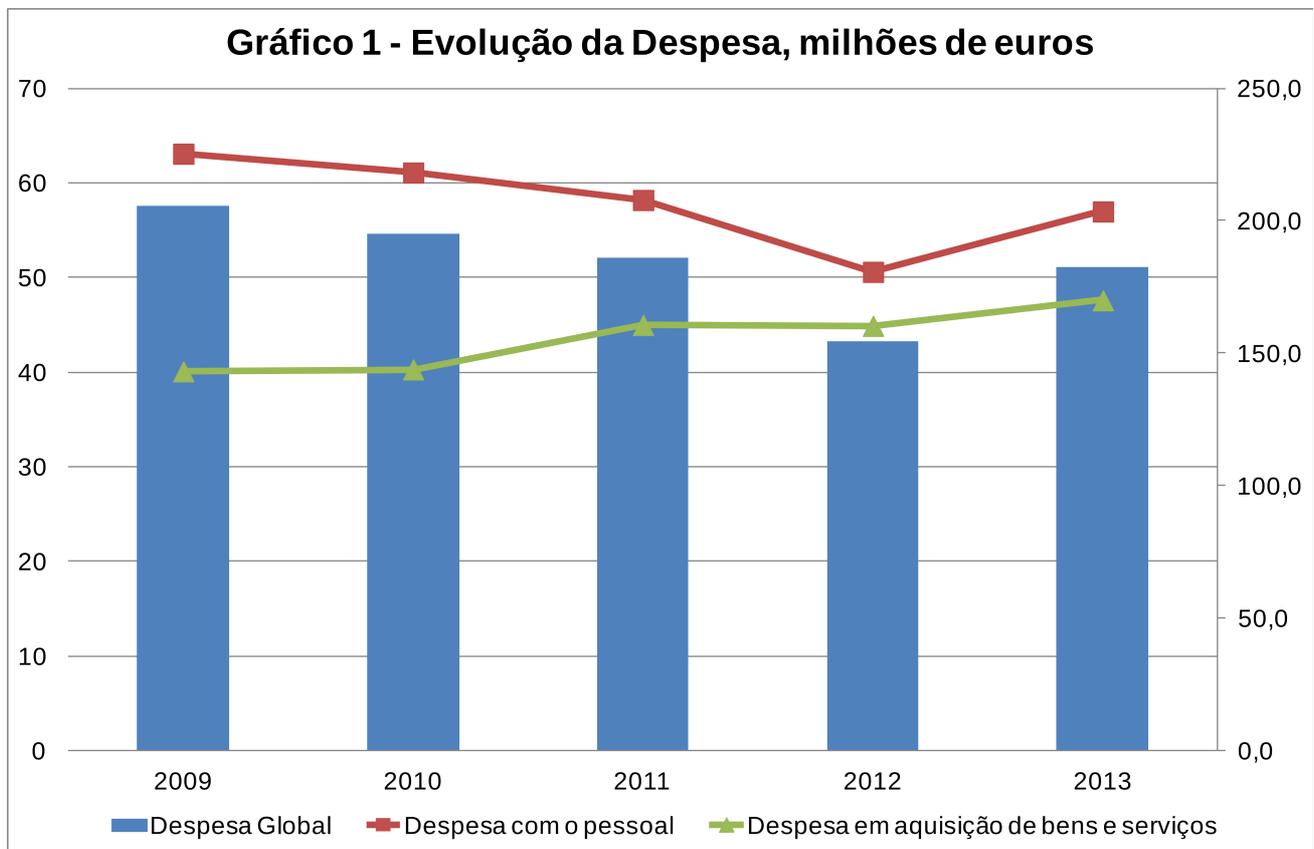
**CONFERÊNCIA DE IMPRENSA**

**Relatório de Gestão de 2013**

**Contas do Município do Porto de 2013 confirmam a urgência de mudança de políticas**

O relatório de gestão de 2013 da cidade do Porto permite-nos fazer um balanço daquilo que foi a gestão do último ano do mandato de Rui Rio e da coligação PSD/CDS. O relatório confirma as tendências e a opção da maioria PSD/CDS que governou a cidade de juntar austeridade à austeridade, num contexto de agravamento da situação económica e social a nível nacional, em muitos aspetos ainda mais gravosa na cidade do Porto.

Em 2013 mantiveram-se as tendências verificadas nos últimos anos, continuar a poupar em tempos em que a crise justificava aumentar o investimento municipal, reforçar os serviços municipais e aliviar a carga fiscal do município. O que aconteceu foi exatamente o contrário. Continuou-se a reduzir o investimento municipal, a reduzir o número de trabalhadores municipais (indo mesmo além da imposição dos 2% imposta pela Lei de Orçamento de Estado), aumentar a carga fiscal sobre os portuenses (com o peso da receitas fiscais na receita corrente a atingir o valor mais elevado do mandato, 63,6%, num contexto em que a receita dos impostos diretos aumentam 104,8% e das taxas, multas e outras penalidades aumenta 115,8%) e a delapidar o património municipal (com uma aumento de 144,6% na venda de ativos municipais).



O ano de 2013 fica também marcado pelo fim do pagamento do acordo do Parque da Cidade - 2º Fase, no valor de 24,5 milhões de euros, sem recurso ao financiamento extraordinário dos contratos de promessa de compra e venda (juntando-se aqui os 19,9 milhões de euros já pagos em 2010, bem como pelos 10 milhões de euros da receita extraordinária por via da redução do capital social da empresa municipal Águas do Porto). Dois factos, que a juntar às mudanças de classificação da despesa das empresas municipais e a consolidação da transferência das rendas do parque habitacional da Câmara para a Domus Social, criam algumas dificuldades na comparação com 2012.

As contas do município para 2013 apontam para um dos valores mais baixos da despesa paga e do investimento camarário desde 2009, num contexto em que a despesa corrente continua a aumentar (+3,2%) e o seu peso na despesa total também aumentaria, se expurgássemos o efeito do acordo do Parque da Cidade (passaria para 77,0% em vez dos 66,7%).

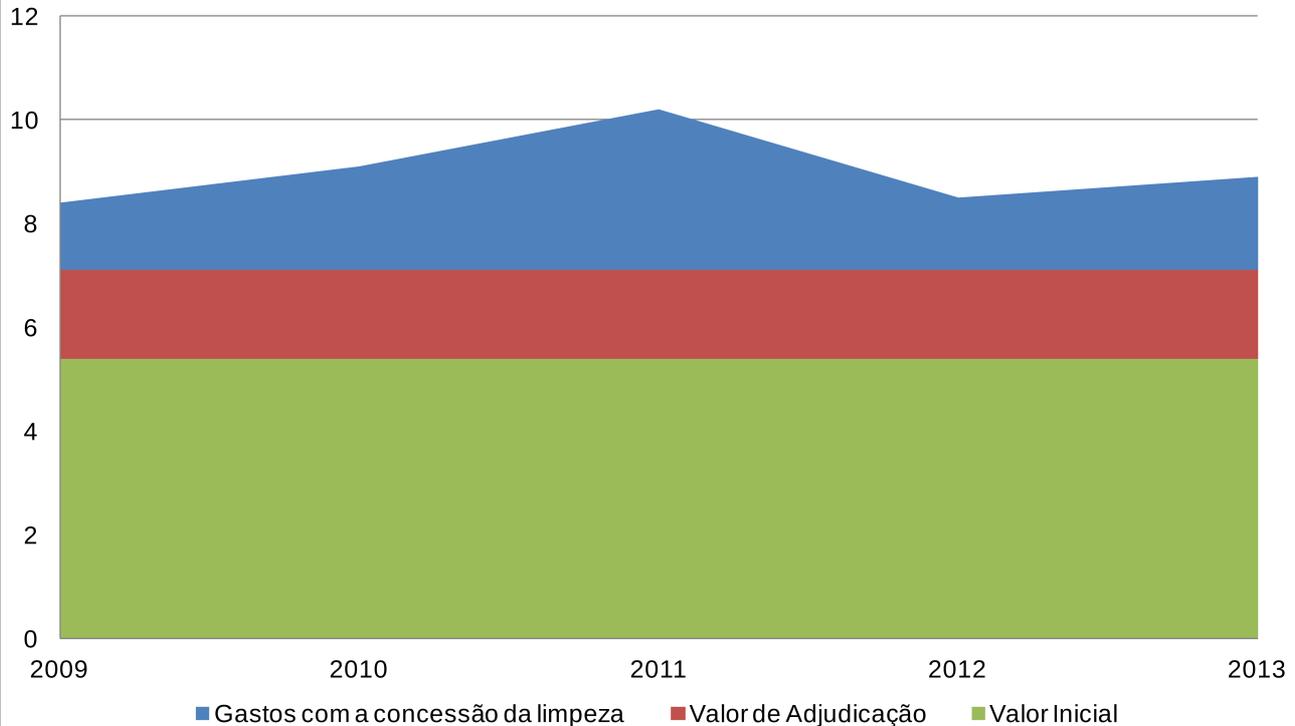
A despesa total paga situa-se nos 182,4 milhões de euros (Gráfico 1), o que representa um desvio orçamental de 27,5 milhões de euros e uma taxa de execução de apenas 86,9%. Face a 2009, a despesa total teve uma redução de 23 milhões de euros. Apesar do aumento da despesa com o pessoal verificada em 2013, esta despesa continua num dos níveis mais baixos do mandato.

Por outro lado, continua a tendência de agravamento da despesa em aquisição de bens e serviços (Gráfico 1), que aumenta 5,2% face a 2012. A despesa em aquisição de serviços, componente da política externalização de serviços municipais, teve um aumento de 8,8% em 2013, mais 3,4 milhões de euros face a 2012 e mais 6,9 milhões de euros face a 2009.

Neste contexto é de realçar que a rubrica de aquisição de serviços já representa 23% da despesa total e, em particular, a concessão da limpeza urbana que corresponde a 4,9%. Como a CDU tem vindo a denunciar esta concessão tem sido um negócio danoso para o erário público. Entre 2009 e 2013, o município gastou nesta concessão mais 18,1 milhões de euros do que o inicialmente previsto (Gráfico 2), mais 9,6 milhões face ao que foi adjudicado. Em 2013 continuaram os gastos da concessão, que aumentaram 4,7% num contexto em que a recolha de resíduos indiferenciados voltaram a ter um decréscimo, menos 3,3% face a 2012. É cada vez mais urgente, como a CDU tem vindo a exigir, o início do processo que conduza à revogação desta concessão e à sua realização na integralidade pelo município.

Quando a estratégia deveria ser de (re)municipalizar serviços públicos, a verdade é que continua a política de redução do número de trabalhadores municipais incentivando a externalização de serviços. Em 2013, houve uma nova redução de 57 trabalhadores municipais face a 2012. Desde 2009, que o número de trabalhadores municipais tem vindo a reduzir-se de forma sistemática, um total de 270, ou seja, cerca de 5 trabalhadores por mês (Gráfico 3).

**Gráfico 2 - Gastos com a Concessão de Limpeza  
milhões de euros**



**Quadro 1 - Investimento Municipal, milhões de euros**

	2009	2010	2011	2012	2013	Diferença			
						2013-2012		2013-2009	
Investimento Global	43,2	37,0	38,9	25,5	22,3	-3,2	-12,5%	-20,9	-48,4%
Habituação Social	22,1	14,8	12,7	10,7	6,2	-4,5	-42,1%	-15,9	-71,9%
Instalações	9,9	10,2	11,1	5,1	4,1	-1,0	-19,6%	-5,8	-58,6%
Construções Diversas	7,3	6,8	11,7	4,6	7,5	2,9	63,0%	0,2	2,7%

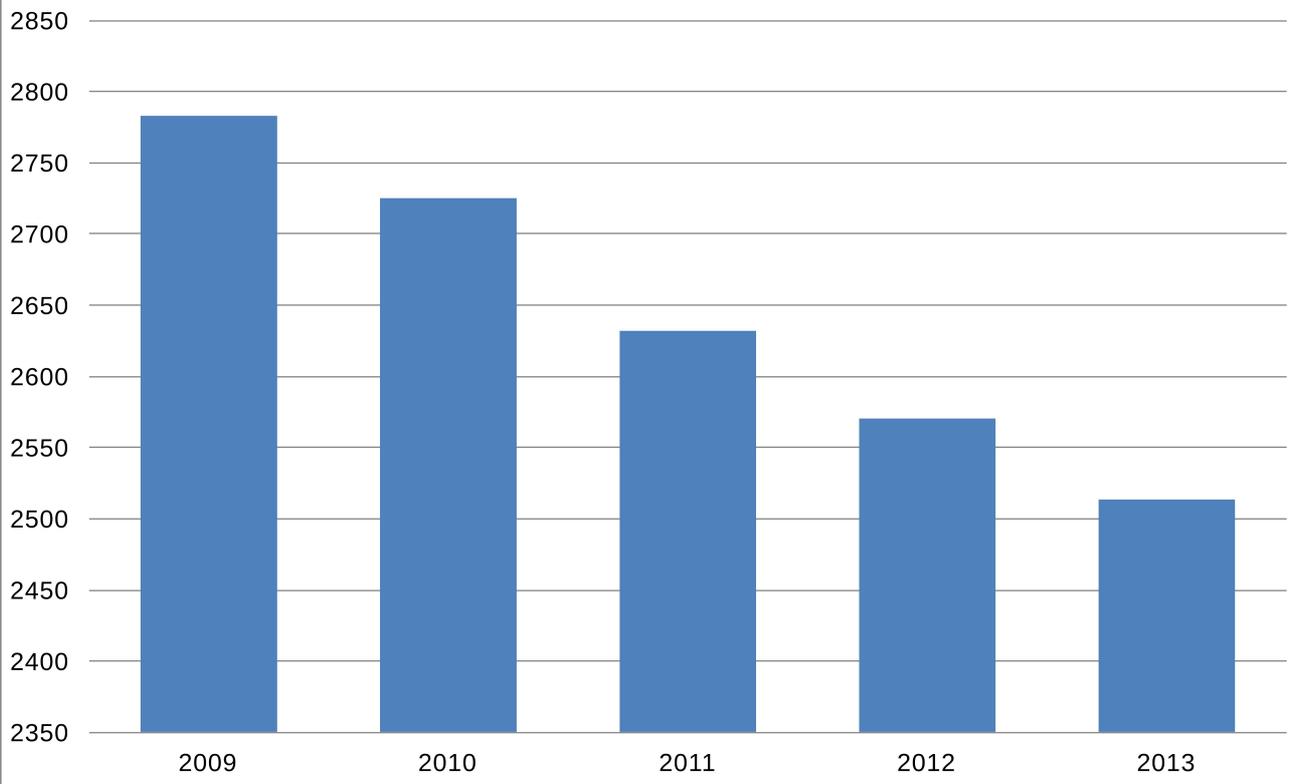
*Nota: O investimento global em 2010 e 2012 está expurgado do impacto do acordo do Parque da Cidade - 2ª fase*

Por seu lado, o investimento teve uma quebra de 3,2 milhões de euros face a 2012, descendo em todos os domínios (Quadro 1), com exceção das construções diversas (sobretudo requalificação de arruamentos), não fosse 2013 ano de eleições.

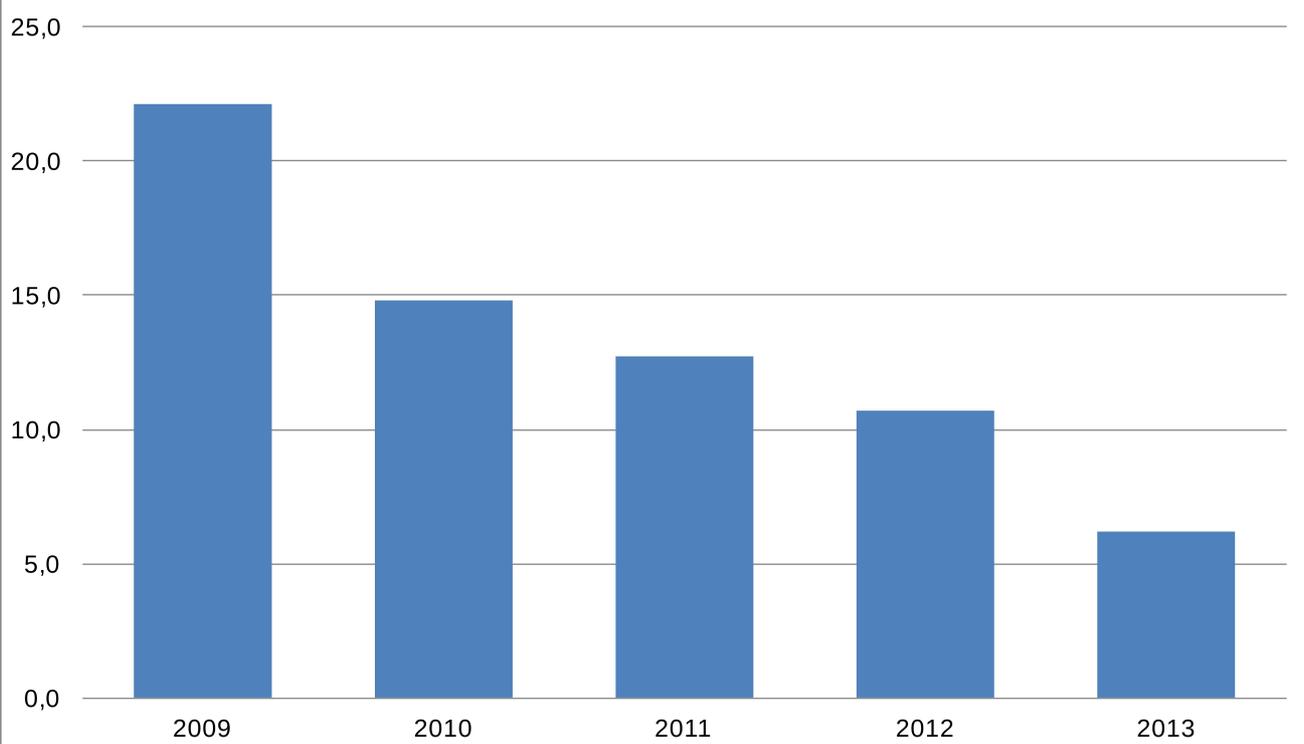
O investimento global teve uma redução de 20,9 milhões de euros face a 2009. O que quer dizer que o investimento em 2013 representou cerca de metade do investimento registado em 2009.

Mais significativo é a redução no investimento em habitação em 4,5 milhões de euros face a 2012, atingindo sobretudo o processo de requalificação dos bairros municipais, que se encontra parcialmente suspenso. Desde 2009, que o investimento nos bairros municipais tem vindo sistematicamente a ser reduzido, num valor global de 15,9 milhões de euros (Gráfico 4).

**Gráfico 3 - Trabalhadores Municipais**



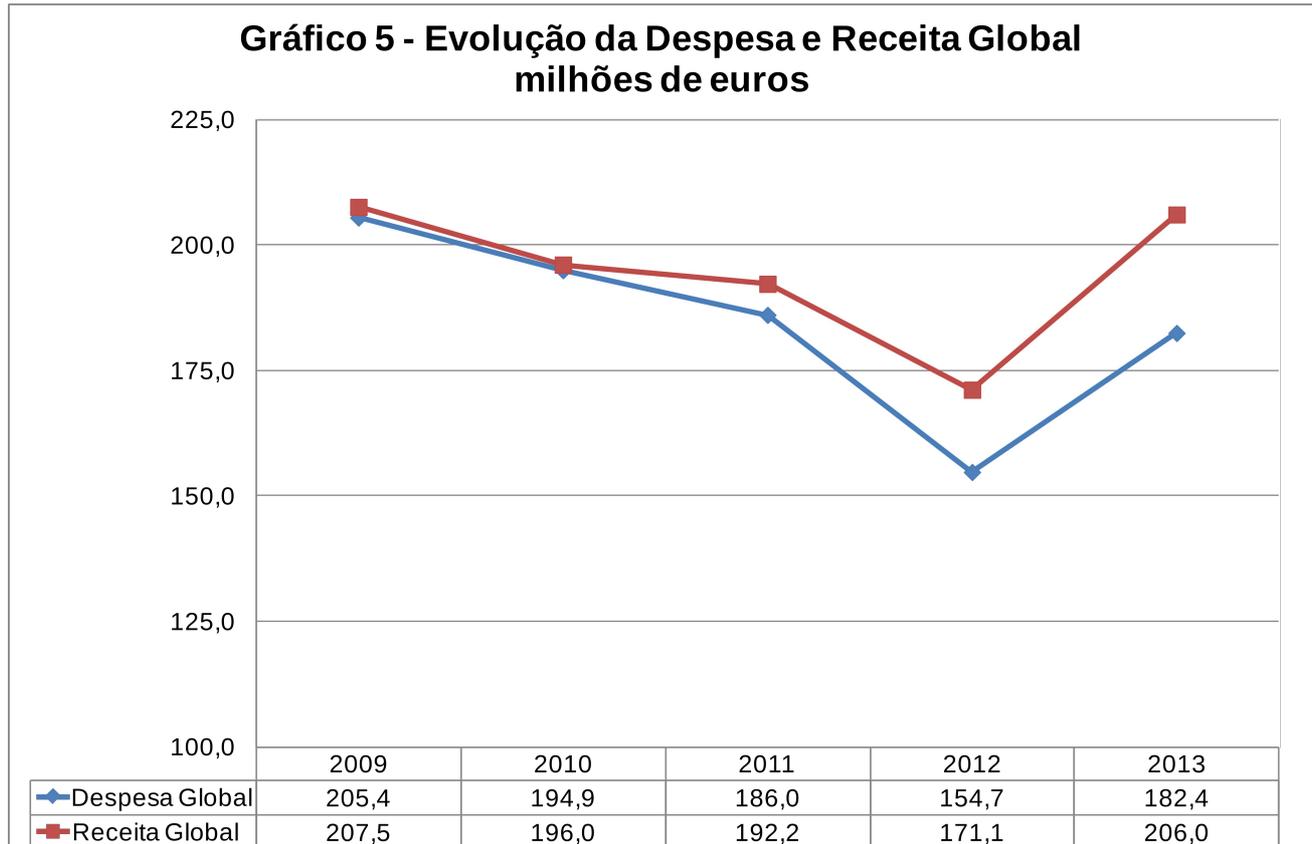
**Gráfico 4 - Evolução do Investimento em Habitação Social milhões de euros**



Face a um saldo de gerência transitado de 2012 de 16,4 milhões de euros, o saldo de gerência a transitar para 2014 é de 23,6 milhões de euros.

Apesar de também em 2013, a poupança corrente ter continuado a sua tendência de diminuição, a verdade é que desde 2009 a receita global tem vindo a ser superior à despesa global (Gráfico 5), com a diferença a aumentar de forma significativa em 2013, situando-se nos 23,6 milhões de euros. Qual o sentido deste excedente se não for para investir ou aumentar despesas em prol da população? Esta é pergunta que precisa ser feita.

**Gráfico 5 - Evolução da Despesa e Receita Global  
milhões de euros**



Se aqui somarmos os 16,5 milhões de euros efetivos de capacidade de endividamento que podia ter sido usada em 2013 e os 12,9 milhões de euros de receita cobrada mas não liquidada, para além das possibilidades não aproveitadas de reprogramação do QREN, percebemos o quanto podia ter sido feito para tentar contrariar a austeridade imposta ao nível nacional, que garantisse uma política conducente com o desenvolvimento económico e social da cidade, que contrariasse a tendência para a desertificação da cidade do ponto de vista populacional e económico. Não «cola» o argumento de que não há dinheiro, para além do dinheiro mal gasto, como seja o da concessão da limpeza urbana ou da cobertura do prejuízo do circuito da Boavista.

Rui Rio eo PSD/CDS usaram a saúde financeira das contas do município (apesar da falta de rigor das previsões orçamentais e do despesismo em alguns dos gastos) em detrimento da saúde económica e social do cidade.

É importante também sublinhar, ao nível do relatório de atividades de 2013, a forma como é caracterizado o Teatro Municipal Rivoli, afirmando o pragmatismo de ter sido transformado numa sala de aluguer «pontual» e «eventos de carreira». Falhando a opção da concessão do Teatro, a

coligação PSD/CDS continuou a «destruir» o Teatro Municipal, deixando sem qualquer estratégia ou vislumbre de programação, pondo ao serviço dos agentes culturais locais.

Também significativo, é a lembrança da atribuição de «prémios» de reabilitação urbana às Cardosas ou «menções» ao Corpo da Guarda. Esta situação mostra bem os interesses imobiliários e financeiros que estão por detrás da reabilitação urbana. Este é um modelo com o qual temos que ter uma rutura clara se queremos repovoar a cidade, dar resposta às carências habitacionais e preservar as comunidades locais. É também significativo que a regeneração urbana seja o parente pobre do plano plurianual de investimentos municipal.

As contas de 2013 mostram claramente as opções da política da maioria PSD/CDS que governou a cidade, no seguimento da linha de orientação do pacto de agressão levado a cabo pelas troikas nacional e estrangeira. A política municipal continuou a acentuar a política de corte no investimento e de redução dos direitos e número de trabalhadores municipais, ao mesmo tempo que manteve uma carga fiscal elevada sobre os municípios. Ao contrário do que foi apregoado existia (e existe) a possibilidade com os recursos financeiros existentes de fazer mais e melhor no sentido de contrariar a crise económica e social que afeta de forma particular os portuenses e avançar de forma cabal com a resolução de problemas estruturais da cidade que podiam melhorar as condições de vida da população, nomeadamente num Porto escondido das grandes avenidas e da propaganda institucional.

A nova coligação Rui Moreira/CDS/PS aprovou um orçamento de 2014 de continuidade com as políticas que tinham vindo a ser seguidas anteriormente, em alguns aspetos, como na delapidação do património municipal, indo mais longe de que Rui Rio alguma vez foi. Aquando da aprovação do orçamento, foi utilizado o argumento que estávamos perante um orçamento de transição. As contas que hoje conhecemos, mostram claramente que existe margem para fazer uma política diferente e reforçar o investimento municipal. Existe margem para fazer cumprir muitas das promessas eleitorais, nomeadamente ao nível da reabilitação urbana, da requalificação da habitação social, nas transferências de índole social e de apoio ao movimento associativo, entre outras opções que se podem tomar, para desonerar o município e potenciar o serviço público, como (re)municipalizar serviços e terminar concessões como a da limpeza urbana.

A CDU tudo irá fazer para que a próxima modificação orçamental aponte um caminho diferente para as políticas municipais e desafia a atual maioria para que assuma as suas responsabilidades. As contas de 2013 confirmam as denúncias da CDU e a necessidade de uma rutura com as políticas de direita que têm vindo a governar a cidade, pela afirmação de uma política alternativa e uma alternativa política de esquerda da cidade, que utilize todos os recursos do município em prol do desenvolvimento económico e social. Os portuenses podem contar com a CDU.

Porto, 21 de Abril de 2014

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Cidade do Porto

Com a participação dos dirigentes do PCP e eleitos da CDU Armindo Vieira, Belmiro Magalhães e Pedro Carvalho.